Martini Meat S.A. Armazéns Gerais

CNPJ nº 75.294.801/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Martini Meat S.A. Armazéns Gerais ("Companhia"), referentes ao exercício findo em 31/12/2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Contexto operacional e econômico:** O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, caracterizado por taxas de juros elevadas, pressões inflacionárias e volatilidade nos mercados, impactando o custo de capital e a dinâmica operacional das empresas. Nesse contexto, a Companhia manteve foco em eficiência operacional, disciplina financeira e adaptação às condições de mercado. **Eventos relevantes do período:** Em 09/09/2025, a Companhia concluiu a aquisição da Agro Improvement Participações S.A. e suas controladas, ampliando significativamente sua atuação no setor de logística integrada e fortalecendo sua posição estratégica no mercado. Adicionalmente, a Companhia realizou aumento de capital no montante de R$ 534.159 mil, reforçando sua estrutura de capital e suportando o processo de expansão e integração das operações adquiridas. **Desempenho operacional e financeiro:** No exercício findo em 31/12/2025, a Companhia apresentou, no consolidado: • Receita líquida de R$ 580.496 mil (2024: R$ 404.679 mil), refletindo principalmente a incorporação das operações adquiridas ao longo do exercício; • Lucro operacional de R$ 22.159 mil (2024: R$ 11.623 mil), evidenciando evolução do desempenho operacional; • Prejuízo líquido de R$ 68.287 mil (2024: R$ 34.047 mil), impactado, principalmente, pelo aumento das despesas financeiras associadas à estrutura de capital e às operações de financiamento. Na controladora, a receita líquida totalizou R$ 404.456 mil (2024: R$ 374.216 mil), com prejuízo operacional de R$ 25.902 mil (2024: lucro de R$ 4.390 mil), refletindo, sobretudo, os efeitos da equivalência patrimonial e da estrutura de financiamento. **Estrutura de capital e liquidez:** A Companhia encerrou o exercício com patrimônio líquido de R$ 1.026.455 mil, refletindo principalmente o aumento de capital realizado no período. O endividamento está diretamente relacionado às estratégias de financiamento da aquisição e expansão das operações, com impacto relevante nas despesas financeiras do exercício. A Administração segue comprometida com a otimização da estrutura de capital, gestão eficiente do capital de giro e redução gradual do custo financeiro. **Perspectivas:** Para os próximos períodos, a Companhia continuará focada na integração das operações adquiridas, captura de sinergias e melhoria contínua da eficiência operacional. A Administração acredita que o fortalecimento da posição de mercado, aliado à disciplina financeira e à execução do plano estratégico, contribuirá para a geração de valor sustentável no médio e longo prazo. Cordialmente, **Pedro Holmes Monteiro Moreira, CFO.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	37.754	71.391	53.725	71.861
Contas a receber de clientes (Nota 4)	48.706	51.628	110.816	55.795
Partes relacionadas (Nota 5)	4.444	7.301	4.444	7.301
Tributos a recuperar (Nota 6)	7.715	5.540	14.933	5.548
Adiantamentos a terceiros	3.540	1.346	15.562	1.346
Despesas antecipadas	1.467	3.825	8.114	3.825
Outros ativos	3.087	3.222	5.921	4.105
Total do ativo circulante	106.713	144.253	213.515	149.781
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira (Nota 3)	17.730	16.212	19.018	17.793
Tributos a recuperar (Nota 6)	4.666	5.660	12.954	5.660
Depósitos judiciais (Nota 17)	4.009	5.439	6.631	5.439
IRPJ e contribuição social diferidos (Nota 18.a)	26.046	6.333	42.924	6.995
	52.451	33.644	81.527	35.887
Propriedades para investimentos (Nota 7)	8.300	8.300	8.300	8.300
Investimentos (Nota 8)	619.736	174.256	–	–
Imobilizado (Nota 9)	621.433	609.360	1.081.775	807.650
Ativos de direito de uso (Nota 10)	21.615	21.415	164.412	21.415
Intangível (Nota 11)	70.432	78.468	399.864	78.468
Total do ativo não circulante	1.393.967	925.443	1.735.878	951.720
Total do ativo	1.500.680	1.069.696	1.949.393	1.101.501

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante				
Fornecedores (Nota 12)	54.584	59.231	79.732	59.969
Partes relacionadas (Nota 5)	1.875	–	2.043	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	61.506	31.265	76.899	37.705
Passivos de arrendamento (Nota 10)	9.914	6.294	63.168	6.294
Impostos e contribuições sociais a recolher (Nota 14)	1.095	1.653	31.975	1.905
IRPJ e CSLL (Nota 14)	–	626	795	987
Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Nota 15)	17.984	10.603	54.058	11.353
Impostos parcelados (Nota 16)	500	1.984	42.250	1.984
Adiantamentos de clientes	–	–	1.234	–
Instrumentos financeiros derivativos	417	–	417	–
Contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8)	10.593	4.073	10.593	4.264
Total do passivo circulante	158.468	115.729	363.164	124.461
Não circulante				
Fornecedores (Nota 12)	–	23.542	–	23.542
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	218.731	244.957	235.308	268.015
Passivos de arrendamento (Nota 10)	18.318	19.660	162.771	19.660
Partes relacionadas (Nota 5)	–	10.887	–	10.002
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 5)	–	73.295	–	73.295
Provisão para litígios (Nota 17)	6.242	7.340	46.785	7.340
Impostos parcelados (Nota 16)	2.091	257	44.535	257
Instrumentos financeiros derivativos	321	–	321	–
Contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8)	70.054	13.446	70.054	14.346
Total do passivo não circulante	315.757	393.384	559.774	416.457
Total do passivo	474.225	509.113	922.938	540.918
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 19.a)	1.139.570	605.411	1.139.570	605.411
Prejuízos acumulados	(113.115)	(44.828)	(113.115)	(44.828)
Total do patrimônio líquido	1.026.455	560.583	1.026.455	560.583
Total do passivo e patrimônio líquido	1.500.680	1.069.696	1.949.393	1.101.501

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º/01/2024	532.441	(10.781)	521.660
Aumento de capital (Nota 19.a)	72.970	–	72.970
Prejuízo do exercício	–	(34.047)	(34.047)
Em 31/12/2024	605.411	(44.828)	560.583
Aumento de capital (Nota 19.a)	534.159	–	534.159
Prejuízo do exercício	–	(68.287)	(68.287)
Em 31/12/2025	1.139.570	(113.115)	1.026.455

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida de vendas (Nota 20)	404.456	374.216	580.496	404.679
Custo dos serviços prestados (Nota 21)	(331.813)	(311.039)	(502.320)	(331.620)
Lucro bruto	72.643	63.177	78.176	73.059
Despesas comerciais (Nota 21)	(4.769)	(2.566)	(5.876)	(2.566)
Despesas administrativas e gerais (Nota 21)	(49.057)	(32.893)	(59.941)	(36.625)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber (Nota 21)	(1.038)	(1.669)	(1.359)	(1.669)
Outras receitas operacionais (Nota 21)	2.968	2.940	15.338	3.843
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(1.073)	(24.419)	(4.179)	(24.419)
Participação nos (prejuízos) de investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, líquida de impostos (Nota 8)	(45.576)	(180)	–	–
(Prejuízo) lucro operacional	(25.902)	4.390	22.159	11.623
Receitas financeiras (Nota 22)	3.821	2.812	5.400	3.209
Despesas financeiras (Nota 22)	(65.919)	(57.897)	(113.648)	(63.965)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(62.098)	(55.085)	(108.248)	(60.756)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(88.000)	(50.695)	(86.089)	(49.133)
IRPJ e CSLL – diferido (Nota 18.b)	19.713	16.648	19.395	16.346
IRPJ e CSLL – corrente (Nota 18.b)	–	–	(1.593)	(1.260)
Prejuízo do exercício	(68.287)	(34.047)	(68.287)	(34.047)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Prejuízo do exercício	(68.287)	(34.047)	(68.287)	(34.047)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(68.287)	(34.047)	(68.287)	(34.047)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Prejuízo do exercício	(68.287)	(34.047)	(68.287)	(34.047)
Ajustes de				
Provisão (reversão) para *impairment* de contas a receber de clientes (Nota 4)	(565)	(1.669)	(212)	(1.669)
IRPJ e CSLL (Nota 18.b)	(19.713)	(16.648)	(17.802)	(15.086)
Depreciação e amortização (Notas 9 e 11)	39.949	36.085	62.083	38.612
Depreciação dos ativos de direito de uso (Nota 10)	14.919	13.714	39.163	13.714
Prejuízo da alienação de imobilizado (Nota 9)	2.000	1.362	9.599	1.358
Provisão de juros sobre fornecedores	6.033	7.307	6.033	7.307
Provisão de juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos (Nota 22)	44.235	37.733	54.399	41.875
Reversão de custos de emissão de debêntures (Nota 22)	–	–	15.749	–
Juros e variação cambial sobre contas a pagar de aquisições de controladas) (Nota 22)	4.972	–	4.972	–
Provisão de juros sobre passivo de arrendamento (Nota 22)	2.582	3.472	11.395	3.472
Perdas com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Nota 22)	2.306	–	2.306	–
Perda por redução ao valor recuperável de ágio (Nota 8)	–	–	–	900
Provisão para riscos (Nota 17)	(1.098)	(1.558)	1.064	(1.558)
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial (Nota 8)	45.576	180	–	–
	72.909	45.931	120.462	54.878
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	3.487	(8.376)	463	(6.840)
Partes relacionadas	(7.939)	–	(6.886)	–
Adiantamentos a terceiros	(121)	–	(2.046)	–
Tributos a recuperar	(1.181)	(2.407)	1.212	(2.380)
Despesas antecipadas	2.358	–	4.743	–
Outros ativos	135	5.050	(1.114)	3.993
Depósitos judiciais	1.430	3.548	1.646	3.548
Fornecedores	2.963	5.226	(2.268)	5.410
Adiantamentos de clientes	–	–	(654)	–
Impostos e contribuições sociais a recolher	(558)	458	6.683	(697)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.948	1.587	13.221	1.852
Impostos parcelados	(217)	–	(17.598)	–
Outras contas a pagar	–	(1.548)	(1.094)	(988)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	81.214	49.469	116.770	58.776
Juros pagos (Notas 13)	(35.919)	(30.820)	(54.399)	(33.670)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento (Nota 22)	(2.582)	(3.472)	(11.395)	(3.472)
Juros pagos sobre contas a pagar de aquisições de controladas (Notas 8)	(1.604)	–	(1.604)	–
IRPJ e CSLL pagos	(626)	(511)	(1.740)	(511)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.483	14.666	47.632	21.123
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado (Nota 9)	(45.867)	(22.510)	(60.997)	(25.885)
Adiantamentos para aquisição de ativo imobilizado	(2.073)	–	(2.073)	–
Aquisições de ativo intangível (Nota 11)	(119)	(412)	(2.236)	(412)
Aplicações financeiras	(1.518)	5.849	(1.225)	5.739
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado (Nota 1.2)	(130.331)	–	(99.010)	–
Aumento de capital subsidiária (Nota 8)	(294.860)	(3.070)	–	–
Caixa líquido (aplicado nas) ativid. de investimento	(474.768)	(20.143)	(165.541)	(20.558)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital (Nota 19.a)	460.864	3.000	460.864	72.970
Pgtos. por aquisição de subsidiárias em exercícios anteriores	(4.321)	(5.817)	(4.321)	(5.817)
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 5)	–	73.295	–	3.325
Captação de empréstimos bancários (Nota 13)	27.353	27.780	81.834	27.780
Amortização de fornecedores de ativos fixos adquiridos em exercícios anteriores	(37.185)	(10.271)	(37.185)	(10.271)
Amortização de empréstimos bancários (Nota 13)	(33.222)	(44.832)	(359.146)	(50.479)
Amortização do passivo de arrendamento (Nota 10)	(12.841)	(13.339)	(42.273)	(13.339)
Caixa líquido proveniente das ativid. de financiamento	400.648	29.816	99.773	24.169
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(33.637)	24.339	(18.136)	24.734
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.391	47.052	71.861	47.127
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.754	71.391	53.725	71.861

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais ("Companhia" ou "Martini") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia BR-277, KM 6, no município de Paranaguá, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de armazenagem para terceiros, incluindo armazenagem em geral de cargas acondicionadas em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas, em lotes paletizados, a granel ou soltas, abrangendo produtos congelados, resfriados, in natura ou industrializados. Adicionalmente, a Companhia presta serviços correlatos à movimentação e manuseio de cargas, tais como pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costura de sacos, unitização e desunitização de containers, bem como embarque e desembarque de containers vazios e carregados. A Companhia também realiza serviços de transporte rodoviário de cargas de curta e longa distância em território nacional, atendendo principalmente regiões produtoras de proteína animal destinadas ao mercado interno e de exportação. Em 31/12/2025, o Grupo apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$ 51.755 na controladora e R$ 149.649 no consolidado. Tal condição decorre, substancialmente, da concentração de obrigações classificadas no curto prazo, principalmente relacionadas a passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos, o que não reflete deterioração da capacidade operacional ou financeira do Grupo. A Administração avalia continuamente a posição de liquidez do Grupo, considerando projeções de fluxo de caixa operacional para os 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais indicam geração de caixa suficiente para a liquidação dos compromissos de curto prazo no curso normal dos negócios. Adicionalmente, o Grupo conta com linhas de crédito disponíveis junto a instituições financeiras, atualmente não utilizadas, bem como com o suporte financeiro de seus acionistas. O Grupo possui histórico de aportes e de suporte financeiro às suas controladas e apresenta capacidade financeira suficiente para prover recursos adicionais à controladora, quando necessário. Reforma tributária: O Grupo acompanha os desdobramentos da Reforma Tributária sobre o Consumo, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, em seus principais aspectos operacionais, pela Lei Complementar nº 214, de 16/01/2025, a qual institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS e estabelecer normas gerais aplicáveis ao novo modelo. No exercício de 2025, como medida de adequação operacional e de conformidade, o Grupo iniciou o processo de adesão à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional unificado, observando o calendário de implementação definido por cada município. Para o exercício de 2026, estão em andamento adequações no ambiente tecnológico interno e nos processos fiscais, com o objetivo de suportar a convivência entre o regime tributário atual e o novo regime durante o período de transição, bem como atender às futuras exigências de apuração, escrituração e reporte relacionadas à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Adicionalmente, o Grupo contratou consultoria especializada com o objetivo de analisar e mensurar os impactos econômico-financeiros da Reforma Tributária, bem como apoiar na capacitação das áreas de negócio, assegurando que estejam preparadas para as mudanças decorrentes do novo modelo. O cronograma atualmente previsto pela legislação estabelece o seguinte: • 2026 como fase inicial de implementação e testes; • 2027 como início da substituição de PIS e COFINS pela CBS e redução gradual dos tributos atuais; • 2028 a 2032 como período de transição com coexistência progressiva entre os regimes; • 2033 como marco de conclusão da transição, com plena vigência do sistema baseado em CBS e IBS. A Reforma Tributária poderá implicar investimentos adicionais em tecnologia da informação, consultoria especializada, revisão de processos e fortalecimento de controles internos, bem como ajustes em premissas orçamentárias e de precificação. O Grupo opera predominantemente sob o regime de Lucro Real. Adicionalmente, poderão ser requeridas adequações contratuais, incluindo a inserção de cláusulas específicas relacionadas à Reforma Tributária em novos contratos, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro das partes. Paralelamente, os contratos ativos com clientes e fornecedores encontram-se em processo de revisão para adequação às novas regras. O Grupo mantém processos e controles voltados ao monitoramento e à avaliação de riscos tributários, considerando alterações legislativas e seus potenciais efeitos, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. No contexto da Reforma Tributária, não foram identificadas obrigações presentes decorrentes de eventos passados que atendam aos critérios de reconhecimento de provisões, razão pela qual não foram constituídas provisões de contingências especificamente relacionadas a esse tema. No exercício findo em 31/12/2025, a Reforma Tributária não resultou em impactos relevantes mensuráveis sobre a posição patrimonial e financeira do Grupo. A evolução da regulamentação e seus efeitos potenciais sobre processos, sistemas e obrigações fiscais permanecem sendo acompanhados, e eventuais impactos serão refletidos e divulgados nos períodos subsequentes, quando aplicável e passíveis de mensuração confiável. **1.1. Subsidiárias:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir. Sempre que necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as políticas contábeis. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e as suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado" ou "Grupo"). As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas indicadas a seguir:

Nome	País	Tipo de controle	Percentual de participação 2025	2024
MRV (a)	Brasil	Direto	100%	100%
Agro Improvement (b)	Brasil	Direto	100%	–
Stock Tech (c)	Brasil	Indireto	100%	–
Comfrio Soluções (d)	Brasil	Indireto	100%	–
Comfrio Transportes (d)	Brasil	Indireto	100%	–
Bestway (f)	Brasil	Indireto	100%	–

(a) A MRV Armazéns e Logística Ltda. ("MRV") tem por objeto social organização logística do transporte de carga, incluindo ainda atividades de armazéns gerais e depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis. (b) Em 10/09/2025, a Companhia concluiu a aquisição da Agro Improvement Participações S.A. ("Agro Improvement") e suas controladas, sociedade *holding* cujo objeto social consiste em *holdings* de instituições não financeiras, ou seja, participação no capital de outras sociedades. Em decorrência dessa operação, a Agro Improvement passou a ser controlada direta da Companhia e suas demonstrações financeiras passaram a ser consolidadas a partir da data de aquisição (Nota 1.2). (c) A Agro Improvement possui como controlada direta a Comfrio Soluções Logísticas S.A. ("Comfrio Soluções"), empresa cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de armazéns gerais, incluindo ainda atividades de transporte rodoviário de cargas, aluguel de imóveis próprios e aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, entre outras atividades logísticas correlatas previstas em seu objeto social. (d) A Agro Improvement possui como controlada direta a Stock Tech S.A. Armazéns Gerais ("Stock Tech"), empresa cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de armazéns gerais, incluindo ainda atividades logísticas e operacionais relacionadas à armazenagem, transporte rodoviário de cargas, carga e descarga, organização logística do transporte de cargas, aluguel de imóveis próprios e outros serviços auxiliares previstos em seu objeto social. (e) A Comfrio Transportes EIRELI ("Comfrio Transportes"), empresa controlada pela Comfrio Soluções, é uma empresa dedicada principalmente à prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, incluindo ainda atividades de carga e descarga e organização logística do transporte de cargas. (f) A Bestway Agro Logística Ltda. ("Bestway"), empresa controlada pela Stock Tech, tem como atividade principal a prestação de serviços de armazéns gerais, incluindo ainda atividades de representação comercial, comércio atacadista de matérias-primas agrícolas, organização logística do transporte de cargas e atuação como operador de transporte multimodal. **1.2. Combinação de negócios**: Em 10/09/2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Agro Improvement e suas controladas, conforme previsto em Contrato de Compra e Venda de Ações (*Share Purchase Agreement – SPA*) celebrado com os antigos acionistas da referida sociedade. Como resultado da transação, a Companhia passou a deter 100% do capital social e dos direitos de voto da Agro Improvement e suas controladas, obtendo o controle das referidas entidades na data da aquisição. A Agro Improvement é uma sociedade holding que detém participações em empresas que atuam no segmento de soluções logísticas integradas, armazenagem e transporte de cargas, incluindo principalmente as controladas Comfrio Soluções e Stock Tech, além de outras empresas por elas controladas. A aquisição foi realizada com o objetivo de expandir a presença operacional do Grupo no setor de logística e armazenagem de produtos alimentícios e industriais no Brasil, ampliando a capacidade operacional e gerando sinergias com as atividades já desenvolvidas pelo Grupo. Mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos: Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos foram mensurados a valor justo na data da aquisição. A mensuração do valor justo foi suportada por estudos de avaliação independentes elaborados por especialistas externos e considerou técnicas de avaliação usualmente adotadas em operações de alocação de preço pago (*Purchase Price Allocation* – PPA). Para determinados ativos e passivos, foram utilizadas as seguintes metodologias de avaliação: (a) Ativos imobilizados: Foram avaliados com base no método do custo de reposição depreciado, que estima o valor necessário para substituir os ativos por outros equivalentes na data da avaliação, ajustado por fatores de depreciação física, funcional e econômica. (b) Ativos intangíveis (principalmente carteira de clientes): Foram avaliados utilizando o método *multi-period excess earnings* (*MPEEM*), uma abordagem baseada em fluxo de caixa descontado, que considera projeções de receitas e margens operacionais baseadas no plano de negócios da Administração, estimativas de retenção de clientes (*churn*) e taxas de desconto que refletem os riscos específicos dos ativos avaliados. (c) Terrenos e edificações: Foram avaliados utilizando métodos de comparação de mercado e custo de reposição, considerando dados de mercado disponíveis e parâmetros técnicos de avaliação imobiliária. (d) Passivos financeiros e arrendamentos: Foram mensurados com base nas condições contratuais vigentes na data da aquisição e em taxas de mercado comparáveis. As principais premissas utilizadas nas avaliações incluíram projeções de receitas, margens operacionais, taxas de crescimento, custos operacionais, taxa de desconto e estimativas de vida útil econômica dos ativos. Contribuição para o resultado consolidado: Desde a data de aquisição até 31/12/2025, a Agro Improvement e suas controladas contribuíram com R$ 145.368 de receita líquida de vendas e R$ 37.417 de prejuízo para o resultado consolidado do Grupo. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 01/01/2025, a Administração estima que a receita líquida de vendas consolidada teria sido de aproximadamente R$ 995.879 e o prejuízo consolidado teria sido de aproximadamente R$ 105.781 no exercício findo em 31/12/2025. O prejuízo apresentado decorre, substancialmente, do nível elevado de despesas financeiras incorridas pelas entidades adquiridas em períodos anteriores à aquisição, refletindo a estrutura de capital vigente à época. No contexto da transação, parte relevante dessas obrigações financeiras foi liquidada ou reestruturada, com o objetivo de adequar a estrutura de capital das entidades adquiridas ao perfil financeiro do Grupo, de forma que a Administração entende que o desempenho apresentado no período não é representativo da capacidade de geração de resultados futuros das operações adquiridas. Essas informações pro forma foram preparadas apenas para fins ilustrativos e não necessariamente representam os resultados que teriam sido efetivamente obtidos caso a aquisição tivesse ocorrido naquela data. Custos relacionados à aquisição: O Grupo não incorreu em custos diretamente relacionados à aquisição da Agro Improvement e suas controladas. Eventuais custos associados à transação foram suportados pelos acionistas da Companhia e não será exigido reembolso, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo. Contas a receber adquiridas: O valor justo das contas a receber adquiridas na data da aquisição totalizou R$ 55.272. O valor bruto contratual dessas contas a receber era de R$ 64.232, dos quais a Administração estimou que R$ 8.960 não seriam recuperáveis na data da aquisição. Tratamento fiscal da combinação de negócios: A aquisição da Agro Improvement e suas controladas não gerou efeitos fiscais imediatos na determinação do lucro tributável do Grupo, uma vez que a transação foi estruturada como aquisição de participação societária. A Administração possui a intenção e capacidade de realizar reorganização societária futura, incluindo a incorporação dessas subsidiárias, de forma que se espera a realização tributável dos ativos líquidos identificáveis, mensurados à valor justo, no futuro previsível. Contraprestação transferida e reconciliação do ágio na aquisição: A contraprestação transferida pela aquisição da Agro Improvement e suas controladas totalizou R$ 206.329, composta por (i) R$ 130.331 pagos em caixa na data do *closing* da transação, (ii) R$ 10.133 relativos à liquidação de obrigações preexistentes da adquirida, efetuada no *closing* com recursos vinculados à transação, sem impacto adicional de caixa para o Grupo, e (iii) R$ 65.865 referentes a pagamentos diferidos (*holdbacks*), registrados como contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8).

	10/09/2025
Contraprestação transferida	206.329
Total dos ativos identificáveis, líquido	(57.152)
Ágio na aquisição da controlada	263.481

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos A seguir estão sendo apresentados o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	10/09/2025
Caixa e equivalentes de caixa	31.321
Contas a receber de clientes	55.272
Outros ativos	50.690
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 18.b)	16.579
Imobilizado (Nota 9)	272.125
Ativos de direito de uso (Nota 10)	157.724
Intangível (Nota 11)	68.364
Total dos ativos identificáveis	652.075
Fornecedores	(29.641)
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(266.482)
Passivos de arrendamento (Nota 10)	(217.822)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(155.013)
Provisão para litígios (Nota 17)	(38.381)
Outros passivos	(1.888)
Total dos passivos assumidos	(709.227)
Total dos ativos identificáveis, líquido	(57.152)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **2.1. Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram

continua ☛

D4Sign 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 31/03/2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na Nota 2.5 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.3.1. Incerteza sobre premissas e estimativas**: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 10 – prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação. • Nota 11 – teste de recuperabilidade do ágio: principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa, incluindo taxas de desconto, taxas de crescimento e projeções de fluxo de caixa. • Nota 1.2 – combinações de negócios: mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. **2.3.2. Julgamentos**: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 4 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Notas 8 e 11 – valor recuperável do ágio registrado por expectativa de rentabilidade futura. • Nota 9 – determinação das vidas úteis do ativo imobilizado; • Nota 17 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.3.3. Mensuração do valor justo**: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 7 - propriedade para investimento; • Nota 23 – gestão do risco financeiro. **2.4. Base de mensuração**: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aos instrumentos derivativos, que são mensurados ao seu valor justo. **2.5. Resumo das políticas contábeis materiais**: O Grupo aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **2.5.1 Moeda estrangeira:** As transa***ções em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem.*** Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **2.5.2 Receita de contrato com cliente:** A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de armazenamento e transporte	A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo, ou seja, durante a prestação do serviço de armazenamento e transporte. Os pagamentos dependem de negociação específica com cada cliente, entretanto, são realizados, normalmente, durante o período de armazenamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado
Receita de locação de imóveis e equipamentos	As receitas são realizadas mensalmente pelo pagamento dos imóveis e equipamentos locados.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os ativos são locados.

2.5.3 Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui benefícios a empregados de longo prazo. **2.5.4 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos e variação cambial. **2.5.5 IRPJ e CSLL corrente e diferido:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreendem os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao IRPJ e à CSLL, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de IRPJ e, portanto, foram contabilizados como provisões. **2.5.5.1 Despesa de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.5.5.2 Despesa de IRPJ e CSLL diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.5.6 Imobilizado: 2.5.6.1 Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **2.5.6.2 Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício apresentado são:

Edificações	2% a 4% a.a.
Veículos e tratores	6% a 17% a.a.
Máquinas e equipamentos	8% a 17% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Outros	4% a 25% a.a.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.5.7 Intangível: 2.5.7.1 Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio não é amortizado, sendo testado anualmente para verificação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), ou com maior frequência quando há indicação de perda. Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) ou grupos de UGCs que se espera que se beneficiem da combinação de negócios. **2.5.7.2 Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **2.5.7.3 Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas para os direitos de uso de software são de 5 anos em média (20% a.a.) e a vida útil estimada da carteira de clientes é de 7 anos. **2.5.8 Propriedades para investimentos:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados Propriedades para investimento referem-se a terrenos mantidos pelo Grupo com a finalidade de valorização de capital, e não para uso na operação ou para venda no curso ordinário dos negócios. **2.5.9 Instrumentos financeiros: 2.5.9.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **2.5.9.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Todos os ativos financeiros do Grupo atualmente estão mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e** • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Ativos financeiros – Avaliação dos fluxos de caixa contratuais: Para fins da avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ativos e passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado e são subsequentemente mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Classificação na demonstração dos fluxos de caixa: Para fins de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, a Administração classifica os juros pagos e recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, por entender que tais valores estão diretamente relacionados à gestão do capital de giro e às operações do Grupo. Nesse contexto, incluem-se, entre outros, os juros pagos sobre contas a pagar de aquisições de controladas. Os fluxos de caixa relacionados ao principal de obrigações financeiras são classificados nas atividades de financiamento, incluindo, principalmente, pagamentos de empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, amortização de fornecedores de ativos fixos adquiridos em exercícios anteriores e obrigações por aquisição de controladas. **2.5.9.3 Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.5.9.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.10 Redução ao valor recuperável (*Impairment*) : 2.5.10.1 Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **• é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou** • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperada: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos o Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.5.10.2 Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.5.11 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **2.5.12 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.5.13 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Como arrendatário**:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor**:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Como arrendador: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS *Accounting Standards* 15 para alocar a contraprestação no contrato. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS *Accounting Standards* 9 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'. **2.5.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Esta tabela apresenta uma lista de futuras alterações nas Normas que devem ser aplicadas por uma Entidade nos períodos futuros de reporte conforme tabela abaixo. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma alteração futura na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º/01/2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40	O IASB alterou o IFRS *Accounting Standards* 9 *Financial Instruments,* equivalente ao CPC 48, nos requisitos de classificação e mensuração. As alterações incluem orientação sobre a classificação de ativos financeiros, incluindo aqueles com características contingentes. O IASB também alterou o IFRS *Accounting Standards* 7 *Financial Instruments: Disclosures,* equivalente ao CPC 40. As empresas agora serão obrigadas a fornecer divulgações adicionais sobre ativos financeiros e passivos financeiros que tenham certas características contingentes. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo.

continuação ☛

D4Sign 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

continuação ☛

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º/01/2026	*Annual Improvements to IFRS Accounting Standards* – Volume 11.	As alterações do IASB eliminam o conflito entre o CPC 48 e CPC 47, mais precisamente em como um arrendatário contabiliza o desreconhecimento de um passivo de arrendamento de acordo com o parágrafo 23 do CPC 48 e sobre a mensuração inicial de contas a receber comerciais; e sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado constante no CPC 47. As alterações incluem também a orientação sobre o desreconhecimento de passivos de arrendamento, como consequência da nova mensuração segundo o CPC 48. A alteração no desreconhecimento de passivos de arrendamento se aplica somente aos passivos de arrendamento extintos no início do período de relatório anual em que a alteração é aplicada pela primeira vez. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo.
1º/01/2027	IFRS *Accounting Standards* 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS *Accounting Standards* podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS *Accounting Standards* 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.
1º/01/2027	IFRS Accounting Standards 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (CPC 51)	O IASB emitiu a IFRS Accounting Standards 18 *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá a IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (equivalente ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis). A nova norma introduz mudanças na estrutura da demonstração do resultado, incluindo a apresentação de novos subtotais obrigatórios e a classificação das receitas e despesas em categorias operacionais, de investimento e de financiamento, além de novos requisitos de divulgação relacionados às medidas de desempenho gerencial (*Management Performance Measures – MPM*). A Administração está avaliando os potenciais impactos da adoção dessa norma nas demonstrações financeiras do Grupo.
Disponível para adoção opcional/ data efetiva diferida por tempo indeterminado.	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na CPC 36 e na CPC 18)	Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas futuras mudanças nas normas, desta forma, não identifica antecipadamente impactos relevantes nas estimativas ou políticas advinda destas alterações na preparação das destas e das futuras demonstrações financeiras do Grupo. **2.5.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2025:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Acordos de financiamento de fornecedores (Alterações ao CPC 03/ IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação)	Essas alterações introduzem novos requerimentos de divulgação relacionados a acordos de financiamento com fornecedores (frequentemente denominados *reverse factoring*, risco sacado ou programas similares), com o objetivo de aumentar a transparência sobre o impacto desses acordos na posição financeira, no fluxo de caixa e na gestão de liquidez da entidade. As alterações requerem divulgações adicionais sobre os termos e condições desses acordos, os saldos relacionados e as mudanças nesses saldos ao longo do período. A adoção dessas alterações não resultou em impactos no reconhecimento ou mensuração de ativos e passivos do Grupo.
Imposto complementar global – Pilar Dois (Alterações ao CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o Lucro)	As alterações introduzem exceção temporária ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos relacionados às regras do imposto mínimo global (Pillar Two), bem como requerimentos adicionais de divulgação para auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem a exposição da entidade a essas regras. O Grupo avaliou os potenciais impactos da legislação relacionada ao Pilar Dois nas jurisdições em que opera e concluiu que, na data de reporte, não houve impactos relevantes no reconhecimento e mensuração de tributos nas demonstrações financeiras, limitando–se os efeitos às divulgações requeridas. A adoção das alterações mencionadas acima não teve impacto relevante sobre os resultados, posição financeira ou fluxos de caixa do Grupo.
Ausência de conversibilidade (Alterações ao CPC 02/ IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)	Essas alterações fornecem orientações adicionais sobre como determinar a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é conversível em outra moeda, bem como estabelecem novos requerimentos de divulgação para situações em que exista ausência de conversibilidade. As alterações também requerem que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a ausência de conversibilidade de uma moeda afeta ou pode afetar o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. A adoção das alterações mencionadas acima não teve impacto relevante sobre os resultados, posição financeira ou fluxos de caixa do Grupo.

O Grupo não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política advinda destas na preparação destas demonstrações financeiras. **3. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recursos em banco e em caixa	1.649	1.586	8.239	1.644
Aplicações financeiras	53.835	86.017	64.504	88.010
	55.484	87.603	72.743	89.654
Recursos em banco e em caixa	1.649	1.586	8.239	1.644
Aplicações financeiras – ativo circulante (a)	36.105	69.805	45.486	70.217
Aplicações financeiras – ativo não circulante (b)	17.730	16.212	19.018	17.793
	55.484	87.603	72.743	89.654

(a) As aplicações financeiras no ativo circulante são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remuneradas pela taxa média de 90% do CDI em 31/12/2025 (2024 – 87%). (b) As aplicações financeiras no ativo não circulante referem-se a fundo de reserva remunerado à taxa de 95,25% (2024 – 95,25%) do CDI, vinculado como conta garantidora da securitizadora que intermediou a captação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). O saldo aplicado tem como objetivo assegurar a liquidação de eventuais obrigações relacionadas ao pagamento de principal, juros, encargos moratórios e demais despesas da operação que, por qualquer motivo, venham a não ser liquidadas pelas devedoras. Os recursos permanecem retidos em conta vinculada, sendo a liberação de eventual saldo residual prevista apenas nos vencimentos finais dos CRI, atualmente programados para os anos de 2029 e 2034. **4. Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No país	51.160	54.647	113.623	58.814
Menos: provisão para *impairment* de contas a receber de clientes	(2.454)	(3.019)	(2.807)	(3.019)
Contas a receber de clientes, líquidas	48.706	51.628	110.816	55.795

A abertura do contas a receber, por idade de vencimento, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	43.338	48.220	99.831	51.935
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	3.124	1.497	5.321	1.702
De 31 a 60 dias	771	809	2.167	810
De 61 a 90 dias	321	407	2.052	586
De 91 a 120 dias	401	515	1.047	551
De 121 a 180 dias	249	318	249	319
De 181 a 360 dias	903	913	903	939
Há mais de 360 dias	2.053	1.968	2.053	1.972
	7.822	6.427	13.792	6.879
	51.160	54.647	122.583	58.814

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(3.019)	(4.688)	(3.019)	(4.688)
Complemento de provisão no exercício (Nota 21)	(1.038)	(605)	(1.359)	(605)
Reversão de provisão no exercício	1.603	2.274	1.571	2.274
Saldo em 31 de dezembro	(2.454)	(3.019)	(2.807)	(3.019)

A Companhia possui parte das contas a receber de clientes, no valor de R$ 34.935 (2024 – R$ 32.923), dado em garantia em operações financeiras junto aos bancos. No consolidado, parte das contas a receber de clientes, no valor de R$ 85.861 (2024 – R$ 35.299) está dado em garantia em operações financeiras junto aos bancos. Em 31/12/2025, o Grupo possuía operações de cessão de créditos com instituições financeiras no montante de R$ 6.031 no consolidado, as quais permanecem reconhecidas como passivo financeiro na rubrica "Empréstimos e financiamentos", na linha "cessão de créditos (Nota 13). **5. Partes relacionadas:** As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante – partes relacionadas:				
SKM Empreendimentos e Participações S.A. ("SKM") (a)	784	7.301	784	7.301
Emergent Cold Rio Holdings Ltda. (a)	784	–	784	–
Emergent Cold LatAm Holdings LLC (a)	2.876	–	2.876	–
	4.444	7.301	4.444	7.301
Passivo circulante – partes relacionadas:				
MRV (b)	91	–	–	–
Comfrio Soluções (c)	1.784	–	–	–
SKM (b)	–	–	2.043	–
	1.875	–	2.043	–
Passivo não circulante – partes relacionadas:				
Emergent Cold LatAm Holdings LLC (a)	–	10.002	–	10.002
MRV (b)	–	885	–	–
	–	10.887	–	10.002
Passivo não circulante – adiantamento para futuro aumento de capital:				
ECLA Brazil Holdings Ltda. (Nota 19.a)	–	73.295	–	73.295
	–	73.295	–	73.295

(a) Valores a receber e a pagar de empresas do grupo decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas e operacionais, incorridas pela Companhia e posteriormente rateadas entre partes relacionadas, conforme acordos internos do grupo. (b) Valores a pagar às partes relacionadas MRV e SKM, decorrentes de transações de venda de ativo imobilizado entre as partes. O saldo registrado com a MRV foi liquidado em janeiro de 2026, em decorrência da incorporação dessa empresa pela Companhia (Nota 25), operação que resultou na extinção do respectivo saldo entre as partes. (c) Valor a pagar à controlada Comfrio Soluções, decorrente de despesas operacionais relacionadas à Companhia que foram incorridas e liquidadas por essa empresa em seu nome. Tais valores foram registrados para reembolso entre as partes e compensados contra a conta gráfica estabelecida no âmbito da aquisição da controlada, a qual contempla o registro e a compensação de valores relacionados a ajustes previstos no contrato de compra e venda (SPA) celebrado entre as partes. Remuneração da administração: A remuneração essa que é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa em 31/12/2025 foi de R$ 2.824 (2024 – R$ 2.973). **6. Tributos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") (a)	3.943	4.640	9.595	4.640
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (b)	5.509	1.792	9.913	1.792
Antecipações de IRPJ e da CSLL (c)	1.715	954	4.994	954
Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") (d)	708	3.007	2.248	3.007
IRRF sobre aplicações financeiras (e)	506	807	525	815
Outros (f)	–	–	612	–
	12.381	11.200	27.887	11.208
Menos: parcela não circulante	(4.666)	(5.660)	(12.954)	(5.660)
Parcela circulante	7.715	5.540	14.933	5.548

(a) Créditos de ICMS decorrentes de operações de transporte e, no consolidado, também de créditos relacionados ao fornecimento de energia elétrica, cuja recuperação ocorre por compensação com débitos futuros e, parcialmente, via precatórios, conforme expectativa de realização da Administração. (b) Os saldos de PIS e COFINS referem-se, substancialmente, a créditos sobre o ativo imobilizado. (c) Antecipações de IRPJ e CSLL, compensáveis com tributos devidos em períodos subsequentes. (d) Créditos de INSS a recuperar, oriundos de retenções previdenciárias sobre serviços prestados, compensáveis com contribuições futuras. (e) IRRF sobre aplicações financeiras, compensável com o IRPJ devido. (f) Outros créditos tributários, a serem recuperados principalmente via compensação (PER/DCOMP). **7. Propriedade para investimento:** As propriedades para investimento referem-se a quatro terrenos localizados em Paranaguá, Estado do Paraná, que não são destinados ao uso nas atividades operacionais do Grupo, sendo mantidos com o objetivo de valorização de capital no longo prazo. O Grupo optou pela mensuração dessas propriedades pelo método do custo. Em 31/12/2025 e 2024, o valor contábil dessas propriedades totaliza R$ 8.300, não tendo ocorrido movimentações nesses exercícios. Para fins de divulgação, o Grupo obtém periodicamente estimativas de valor justo com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente com qualificação profissional adequada e experiência recente na localidade e na categoria de propriedade avaliada. Com base nesse laudo, o valor justo estimado dos terrenos em 31/12/2025 é de R$ 15.118 (2024 – R$ 14.780). O valor justo estimado foi determinado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente especializada, utilizando o método comparativo direto de dados de mercado, conforme práticas estabelecidas pela NBR 14.653 da ABNT. A metodologia considera a análise de transações e ofertas de imóveis comparáveis na região, com ajustes por fatores de homogeneização relacionados principalmente a localização, área, topografia e condições de mercado, resultando na estimativa do valor de mercado dos terrenos na data-base da avaliação. **8. Investimentos:**

	Controladora	
	2025	2024
MRV Armazéns e Logística Ltda	181.098	174.256
Agro Improvement Participações S.A.	438.638	–
Total	619.736	174.256

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

	2025	2024
	Agro Improvement (i)	MRV	MRV
Participação no capital total	100%	100%	100%
Quantidade de ações possuídas	692.410	73.701	66.489
Capital social	692.410	73.701	66.489
Ativo circulante	102.569	6.376	7.076
Ativo não circulante	470.959	104.498	99.595
Passivo circulante	195.802	11.037	8.732
Passivo não circulante	228.596	15.421	23.058
Patrimônio líquido	149.130	84.416	74.881

	2025	2024
	Agro Improvement (i)	MRV	MRV
Receitas líquidas	145.257	30.783	30.463
Custo dos serviços prestados	(143.375)	(21.761)	(20.581)
Receitas (despesas) operacionais	(1.623)	(1.425)	764
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(43.003)	(3.147)	(5.670)
IRPJ e CSLL	216	(2.127)	(1.563)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(42.528)	2.323	3.413

(i) A Agro Improvement e suas controladas foram adquiridas pela Companhia em 10/09/2025 (Nota 1.2). Dessa forma, as informações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31/12/2025 correspondem ao período de 10/09/2025 até 31/12/2025, quando suas demonstrações financeiras passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Movimentação dos investimentos:

	Controladora		
	Agro Improvement	MRV	Total
Em 1º/01/2024	–	171.366	171.366
Resultado de equivalência patrimonial	–	(180)	(180)
Aumento de capital social (a)	–	3.070	3.070
31/12/2024	–	174.256	174.256
Em 1º/01/2025	–	174.256	174.256
Patrimônio líquido adquirido	(213.329)	–	(213.329)
Participação sobre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos	146.045	–	146.045
Ágio gerado nas combinações de negócios (Nota 1.2)	263.481	–	263.481
Resultado de equivalência patrimonial	(45.206)	(370)	(45.576)
Aumento de capital social (b)	287.647	7.212	294.859
31/12/2025	438.638	181.098	619.736

(a) Durante o exercício findo em 31/12/2024, a Companhia realizou aumento de capital na controlada MRV no montante de R$ 3.070, integralizado pela acionista mediante aportes realizados no período. (b) Em 10/09/2025, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital no montante de R$ 188.636, mediante a emissão de 188.635.953 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia, mediante aporte em moeda corrente nacional. Em decorrência dessa deliberação, o capital social da Companhia passou de R$ 404.763 para R$ 593.399. Posteriormente, em 19/12/2025, foi aprovado novo aumento de capital no montante de R$ 99.011, mediante a emissão de 99.010.723 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação, integralizadas pela Companhia mediante aporte em moeda corrente nacional. Em decorrência dessa deliberação, o capital social passou de R$ 593.399 para R$ 692.410. Em 19/12/2025, a controlada MRV aprovou aumento de capital no montante de R$ 7.212, mediante a emissão de 7.212.096 novas quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia, por meio da capitalização de créditos detidos pela sócia contra a sociedade. Em decorrência dessa deliberação, o capital social da MRV passou de R$ 66.489 para R$ 73.701. O saldo de 'contas a pagar de aquisições de controladas', apresentado no passivo circulante e não circulante da controlada, refere-se à contraprestação diferida ("*holdback*") relacionada às aquisições de subsidiárias realizadas pelo Grupo. Em 31/12/2025, o saldo totaliza R$ 80.647 (2024 – R$ 17.519), sendo R$ 10.593 (2024 – R$ 4.073) classificado no passivo circulante e R$ 70.054 (2024 – R$ 13.446) no passivo não circulante. Esses valores referem-se às obrigações decorrentes dos contratos de compra e venda de ações das empresas MRV e Agro Improvement e suas controladas, nos montantes de R$ 13.757 e R$ 66.890, respectivamente. Durante o exercício findo em 31/12/2025, os saldos de *holdback* geraram efeitos no resultado financeiro no montante total de R$ 4.972 (Nota 22), compostos por: (i) R$ 2.164 referentes à atualização monetária do *holdback* relacionado à aquisição da MRV, dos quais R$ 1.604 tiveram efeito caixa no período; e R$ 2.808 relacionados ao *holdback* da Agro Improvement e suas controladas, sendo R$ 1.795 referentes à apropriação de juros contratuais à taxa de 8% ao ano, conforme previsto no contrato de aquisição, e R$ 1.013 decorrentes da variação cambial, uma vez que o valor do *holdback* foi originalmente definido em dólares norte-americanos.

9. Imobilizado:

	Controladora								
	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Cavalos mecânicos e carretas	Veículos e tratores	Obras em andamento	Outros	Total
Em 1º/01/2024									
Custo	48.710	516.728	103.526	2.367	52.110	3.874	7.773	17.153	752.241
Depreciação acumulada	–	(51.261)	(60.299)	(1.922)	(2.324)	(2.372)	–	(13.912)	(132.090)
Saldo contábil, líquido	48.710	465.467	43.227	445	49.786	1.502	7.773	3.241	620.151
Em 31/12/2024									
Saldo inicial	48.710	465.467	43.227	445	49.786	1.502	7.773	3.241	620.151
Aquisições	–	716	5.311	68	1.970	246	11.600	2.599	22.510
Depreciação	–	(18.108)	(6.046)	(91)	(2.481)	(304)		(408)	(27.438)
Transferências	–	–	–	–	–	–	(4.501)	–	(4.501)
Alienações	–	–	(847)	–	–	–	(515)	–	(1.362)
Saldo contábil, líquido	48.710	448.075	41.645	422	49.275	1.444	14.357	5.432	609.360
Em 31 de dezembro 2024									
Custo	48.710	517.444	107.990	2.435	54.079	4.120	14.357	19.752	768.887
Depreciação acumulada	–	(69.369)	(66.345)	(2.013)	(4.804)	(2.676)	–	(14.320)	(159.527)
Saldo contábil, líquido	48.710	448.075	41.645	422	49.275	1.444	14.357	5.432	609.360
Em 31/12/2025									
Saldo inicial	48.710	448.075	41.645	422	49.275	1.444	14.357	5.432	609.360
Aquisições	–	95	1.821	490	21.743	9.890	9.898	1.930	45.867
Depreciação	–	(17.977)	(6.353)	(88)	(4.993)	(1.200)	–	(1.183)	(31.794)
Transferências	–	11.445	2.994	–	–	–	(15.008)	569	–
Alienações	–	–	(15)	–	(1.976)	–	–	(9)	(2.000)
Saldo contábil, líquido	48.710	441.638	40.092	824	64.049	10.134	9.247	6.739	621.433
Em 31 de dezembro 2025									
Custo	48.710	528.815	111.844	2.990	83.687	13.989	9.247	18.462	817.744
Depreciação acumulada	–	(87.177)	(71.752)	(2.166)	(19.638)	(3.855)	–	(11.723)	(196.311)
Saldo contábil, líquido	48.710	441.638	40.092	824	64.049	10.134	9.247	6.739	621.433
Taxas anuais de depreciação – %	–	2 a 4	8 a 17	10	6 a 17	6 a 17		4 a 25	

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Cavalos mecânicos e carretas	Veículos e tratores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Outros	Total
Em 1º/01/2024										
Custo	75.641	687.891	103.832	2.453	52.110	3.874	–	9.293	17.647	952.741
Depreciação acumulada	–	(54.298)	(60.314)	(1.926)	(2.324)	(2.372)	–	–	(13.918)	(135.152)
Saldo contábil, líquido	75.641	633.593	43.518	527	49.786	1.502	–	9.293	3.729	817.589
Em 31/12/2024										
Saldo inicial	75.641	633.593	43.518	527	49.786	1.502	–	9.293	3.729	817.589
Aquisições	–	3.111	5.341	179	1.970	246	–	12.331	2.707	25.885
Depreciação	–	(20.474)	(6.116)	(123)	(2.481)	(304)	–		(467)	(29.965)
Alienações	–	–	(843)	–	–	–	–	(515)	–	(1.358)
Transferências (*)	–	–	–	–	–	–	–	(4.501)	–	(4.501)
Saldo contábil, líquido	75.641	616.230	41.900	583	49.275	1.444	–	16.608	5.969	807.650
Em 31 de dezembro 2024										
Custo	75.641	691.002	108.330	2.632	54.079	4.120	–	16.608	20.354	972.766
Depreciação acumulada	–	(74.772)	(66.430)	(2.049)	(4.804)	(2.676)	–	–	(14.385)	(165.116)
Saldo contábil, líquido	75.641	616.230	41.900	583	49.275	1.444		16.608	5.969	807.650

continuação ☛

D4Sign 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Cavalos mecânicos e carretas	Veículos e tratores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Outros	Total
Em 31/12/2025										
Saldo inicial	75.641	616.230	41.900	583	49.275	1.444	–	16.608	5.969	807.650
Combinação de negócios (Nota 1.2)	20.881	94.355	107.000	4.321	–	4.659	35.254	–	5.655	272.125
Aquisições	–	1.468	6.430	938	21.743	9.906	1.008	17.129	2.375	60.997
Depreciação	–	(26.088)	(10.629)	(329)	(4.993)	(1.524)	(3.611)	–	(2.224)	(49.398)
Transferências	–	13.931	6.707	–	–	–	–	(21.192)	554	–
Alienações	–	(2.251)	(4.665)	(178)	(1.976)	(15)	(336)	–	(178)	(9.599)
Saldo contábil, líquido	96.522	697.645	146.743	5.335	64.049	14.470	32.315	12.545	12.151	1.081.775
Em 31 de dezembro 2025										
Custo	96.522	848.561	285.834	12.674	83.687	25.564	112.160	12.545	49.769	1.527.316
Depreciação acumulada	–	(150.916)	(139.091)	(7.339)	(19.638)	(11.094)	(79.845)	–	(37.618)	(445.541)
Saldo contábil, líquido	96.522	697.645	146.743	5.335	64.049	14.470	32.315	12.545	12.151	1.081.775
Taxas anuais de depreciação – %	–	2 a 4	8 a 17	10	6 a 17	6 a 17	4		4 a 25	

(*) O referido montante foi classificado para o grupo de intangíveis durante 2024. Na controladora, o montante de R$ 31.794 (2024 – R$ 27.438) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados". No consolidado, o montante de R$ 49.261 (2024 – R$ 29.865) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados" e R$ 137 (2024 – R$ 0) em "Despesas administrativas e gerais". Em 31/12/2025 e 2024, parte dos imóveis do Grupo, classificados nas rubricas "Terrenos" e "Edificações", encontram-se dados em garantia fiduciária no âmbito das operações de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") (Nota 13). Adicionalmente, o Grupo possui determinados ativos registrados na rubrica "Máquinas e equipamentos", "Cavalos mecânicos e carretas" e "Veículos e tratores", vinculados como garantia em operações de financiamento contratadas nas modalidades de arrendamento mercantil (leasing) e financiamento de caminhões (Nota 13). Anualmente, o Grupo analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 31/12/2025, houve revisão das referidas taxas de depreciação, não havendo necessidade de alteração em relação as taxas utilizadas em 31/12/2024. O Grupo monitora os seus ativos imobilizados por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, a administração do Grupo não identificou necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados. Aquisições As aquisições de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 referem-se, substancialmente, a investimentos relacionados à expansão e adequação da infraestrutura operacional do Grupo, incluindo melhorias e adaptações em instalações próprias e em imóveis de terceiros utilizados nas operações logísticas, bem como à aquisição de máquinas e equipamentos destinados à movimentação e armazenagem de cargas, além de equipamentos de informática e demais bens necessários ao suporte das atividades operacionais e administrativas. **10. Arrendamentos: (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial**: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
Ativos de direito de uso	2025	2024	2025	2024
Edificações	21.615	21.415	164.412	21.415
Passivos de arrendamentos				
Circulante	9.914	6.294	63.168	6.294
Não circulante	18.318	19.660	162.771	19.660
	28.232	25.954	225.939	25.954

(ii) Saldos reconhecidos nas demonstrações dos resultados: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e desp. – encargo total de depreciação – Nota 21)	(14.919)	(13.714)	(39.163)	(13.714)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras – Nota 22)	(2.582)	(3.472)	(11.395)	(3.472)
	(17.501)	(17.186)	(50.558)	(17.186)

Ativos de direito de uso: Os ativos de direito de uso de ativos estão apresentados a seguir:

Controladora 2025			
Unidade	Direito de uso de ativos	Amortização acumulada	Valor Residual
Imóveis e salas comerciais	56.426	(35.851)	20.575
Equipamentos	2.960	(1.920)	1.040
	59.386	(37.771)	21.615

Controladora e Consolidado 2024			
Unidade	Direito de uso de ativos	Amortização acumulada	Valor Residual
Imóveis e salas comerciais	41.307	(22.565)	18.742
Equipamentos	2.960	(287)	2.673
	44.267	(22.852)	21.415

Consolidado 2025			
Unidade	Direito de uso de ativos	Amortização acumulada	Valor Residual
Imóveis e salas comerciais	444.674	(282.190)	162.484
Equipamentos	2.048	(1.160)	888
Veículos	444.674	(282.190)	162.484
	449.682	(285.270)	164.412

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	21.415	22.785	21.415	22.785
Combinação de negócios (Nota 1.2)	–	–	157.724	–
Captações	–	6.335	–	6.335
Ajustes por remensuração	15.119	6.009	24.436	6.009
Despesa de depreciação (Nota 21)	(14.919)	(13.714)	(39.163)	(13.714)
Saldo em 31 de dezembro	21.615	21.415	164.412	21.415

Os valores reconhecidos como direito de uso de ativos são depreciados de acordo com o prazo de arrendamento dos contratos. O valor contábil dos arrendamentos foi remensurado devido à mudança no prazo e nos pagamentos futuros resultantes da atualização do índice inflacionário usado para determinar tais pagamentos. **Passivos de arrendamento**: Os passivos de arrendamento estão apresentados a seguir:

Controladora 2025			
Unidade	Passivo de arrendamento total	Circulante	Não Circulante
Imóveis e salas comerciais	27.045	8.815	18.230
Equipamentos	1.187	1.099	88
	28.232	9.914	18.318

Controladora e Consolidado 2024			
Unidade	Passivo de arrendamento total	Circulante	Não Circulante
Imóveis e salas comerciais	23.204	4.919	18.285
Equipamentos	2.750	1.375	1.375
	25.954	6.294	19.660

Consolidado 2025			
Unidade	Passivo de arrendamento total	Circulante	Não Circulante
Imóveis e salas comerciais	223.732	61.269	162.463
Equipamentos	1.020	800	220
Veículos	223.732	61.269	162.463
	225.939	63.168	162.771

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	25.954	26.949	25.954	26.949
Combinação de negócios (Nota 1.2)	–	–	217.822	–
Captações	–	6.335	–	6.335
Ajustes por remensuração	15.119	6.009	24.436	6.009
Amortização de principal	(12.841)	(13.339)	(42.273)	(13.339)
Juros pagos	(2.582)	(3.472)	(11.395)	(3.472)
Despesa de juros (Nota 22)	2.582	3.472	11.395	3.472
Saldo em 31 de dezembro	28.232	25.954	225.939	25.954

11. Intangível:

	Controladora				
	Ágio	Softwares	Marcas	Relacionamento com clientes	Total
Em 1º/01/2024					
Custo	16.285	18.956	2.000	82.225	119.466
Amortização acumulada	–	(16.869)	(1.029)	(19.366)	(37.264)
Saldo contábil, líquido	16.285	2.087	971	62.859	82.202
Exercício findo em 31/12/2024					
Saldo inicial	16.285	2.087	971	62.859	82.202
Aquisições	–	412			412
Amortização	–	(1.190)	(400)	(7.057)	(8.647)
Transferências	–	4.501	–	–	4.501
Saldo contábil, líquido	16.285	4.499	171	49.477	70.432
Em 31/12/2025					
Custo	16.285	24.724	2.000	82.225	125.234
Amortização acumulada		(20.225)	(1.829)	(32.748)	(54.802)
Saldo contábil, líquido	16.285	4.499	171	49.477	70.432
Taxas anuais de depreciação – %	–	20	20	14	

	Controladora				
	Ágio	Softwares	Marcas	Relacionamento com clientes	Total
Saldo contábil, líquido	16.285	5.810	571	55.802	78.468
Em 31/12/2024					
Custo	16.285	23.869	2.000	82.225	124.379
Amortização acumulada	–	(18.059)	(1.429)	(26.423)	(45.911)
Saldo contábil, líquido	16.285	5.810	571	55.802	78.468
Exercício findo em 31/12/2025					
Saldo inicial	16.285	5.810	571	55.802	78.468
Aquisições	–	119	–	–	119
Amortização	–	(1.430)	(400)	(6.325)	(8.155)
Saldo contábil, líquido	16.285	4.499	171	49.477	70.432
Em 31/12/2025					
Custo	16.285	24.724	2.000	82.225	125.234
Amortização acumulada		(20.225)	(1.829)	(32.748)	(54.802)
Saldo contábil, líquido	16.285	4.499	171	49.477	70.432
Taxas anuais de depreciação – %	–	20	20	14	

	Consolidado				
	Ágio	Softwares	Marcas	Relacionamento com clientes	Total
Em 1º/01/2024					
Custo	17.185	18.956	2.000	82.225	120.366
Amortização acumulada	–	(16.869)	(1.029)	(19.366)	(37.264)
Saldo contábil, líquido	17.185	2.087	971	62.859	83.102
Exercício findo em 31/12/2024					
Saldo inicial	17.185	2.087	971	62.859	83.102
Aquisições	–	412	–	–	412
Amortização	–	(1.190)	(400)	(7.057)	(8.647)
Impairment (Nota 8)	(900)		–	–	(900)
Transferências	–	4.501	–	–	4.501
Saldo contábil, líquido	16.285	5.810	571	55.802	78.468
Em 31/12/2024					
Custo	16.285	23.869	2.000	82.225	124.379
Amortização acumulada	–	(18.059)	(1.429)	(26.423)	(45.911)
Saldo contábil, líquido	16.285	5.810	571	55.802	78.468
Exercício findo em 31/12/2025					
Saldo inicial	16.285	5.810	571	55.802	78.468
Combinação de negócios (Nota 1.2)	–	25.033	–	43.331	68.364
Combinação de negócios (Nota 1.2) – ágio	263.481	–	–	–	263.481
Aquisições	–	2.236	–	–	2.236
Amortização	–	(5.016)	(400)	(7.269)	(12.685)
Saldo contábil, líquido	279.766	28.063	171	91.864	399.864
Em 31/12/2025					
Custo	279.766	120.985	2.000	125.556	528.307
Amortização acumulada	–	(92.922)	(1.829)	(33.692)	(128.443)
Saldo contábil, líquido	279.766	28.063	171	91.864	399.864

Ágio nas combinações de negócios: O ágio do Grupo está alocado às seguintes unidades geradoras de caixa ("UGCs")

	2025	2024
Martini (a)	12.609	12.609
Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda. (b)	3.676	3.676
Agro Improvement (Nota 1.2)	263.481	–
	279.766	16.285

(a) O saldo refere-se ao ágio registrado na aquisição da DMX Logística Ltda., posteriormente incorporada pela Companhia em 01/06/2023. Esse ágio foi reconhecido originalmente como parte da contraprestação transferida na aquisição e está fundamentado nas expectativas de rentabilidade futura e sinergias operacionais decorrentes da integração das operações adquiridas com as atividades da Companhia. (b) O saldo corresponde ao ágio apurado na aquisição da controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., posteriormente incorporada pela Companhia em 24/10/2011. O ágio foi fundamentado principalmente na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida, bem como nas sinergias operacionais e ganhos de escala esperados com a integração das atividades da Refribrás às operações da Companhia, não sendo tais benefícios passíveis de reconhecimento individual como ativos intangíveis identificáveis. Na controladora, o montante de R$ 8.155 (2024 – R$ 8.647) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados". No consolidado, o montante de R$ 12.685 (2024 – R$ 8.647) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados". As aquisições registradas nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 referem-se, substancialmente, a investimentos em desenvolvimento e implantação de sistemas, incluindo projetos relacionados à aquisição e implementação de sistema de gestão de armazenagem (WMS). Anualmente, o Grupo analisa as taxas de amortização dos itens do ativo intangível. Em 31/12/2025, houve revisão das referidas taxas de amortização, não havendo necessidade de alteração em relação as taxas utilizadas em 31/12/2024. O Grupo monitora o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, a Administração do Grupo não identificou necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados. a) Teste do ágio para verificação de impairment: O valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi determinado em dezembro de 2025, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o exercício de cinco anos. *Margens operacionais*: As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos no exercício que antecedeu o início do exercício orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados são implementados e se desenvolvem. *Estimativas de taxas de crescimento*: As taxas são baseadas nas expectativas da Administração para os próximos anos. As taxas de longo prazo utilizadas foram de 3,5% a.a. (2024 – 3,5% a.a.), em média, para extrapolar o orçamento a qual vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela Administração. *Taxa de desconto*: A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do Grupo, o qual é revisado anualmente pela Administração. Em 31/12/2025, a taxa de desconto antes dos impostos utilizada nos cálculos do valor em uso de cada UGC foi de 12.68% (2024 – 12,68%) e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3,5% (2024 – 3,5%) a partir de 2028. Em 31/12/2024, o Grupo revisou as taxas de desconto utilizadas para a mensuração dos fluxos de caixa resultantes das aquisições, bem como avaliou a recuperabilidade dos ágios registrados nas aquisições dos investimentos e identificou a necessidade de registro de R$ 900 referente a perda por redução ao valor recuperável do saldo total de ágio registrado pela aquisição da controlada MRV, reconhecida na rubrica outras despesas operacionais na demonstração do resultado. Para os demais valores não houve indicativos para registro de perda de valor recuperável. Em 31/12/2025 e 2024, o valor recuperável estimado das unidades geradoras de caixa excede seus respectivos valores contábeis (*headroom* positivo). A Administração avaliou a sensibilidade das principais premissas utilizadas no teste e concluiu que alterações razoavelmente possíveis nessas premissas, consideradas isoladamente, não resultariam na necessidade de reconhecimento adicional de perda por *impairment*. As estimativas de valor recuperável foram classificadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, uma vez que utilizam premissas significativas não observáveis no mercado. Em 31/12/2025, após as análises realizadas pelo Grupo, não foi identificada necessidade de provisão para *impairment*. **12. Fornecedores** :

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores diversos	26.880	23.917	52.028	24.655
Aquisição de imóveis	27.704	58.856	27.704	58.856
	54.584	82.773	79.732	83.511
Menos: parcela não circulante	–	(23.542)	–	(23.542)
Parcela circulante	54.584	59.231	79.732	59.969

13. Empréstimos e financiamentos:

			Controladora	
Modalidade	Taxa média de juros	Vencimento final	2025	2024
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 1)	IPCA + 9,3%	Até 2034	163.638	160.916
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 2)	CDI + 3,25%	Até 2029	53.016	66.160
Financiamento de caminhões	1,1% a.m.	Até 2027	31.923	18.189
Leasing	1,2% a.m.	Até 2026	4.020	4.502
Capital de giro	CDI + 3,99% a.a.	Até 2028	27.640	26.455
Total			**280.237**	**276.222**
Menos parcela não circulante			(218.731)	(244.957)
Parcela circulante			61.506	31.265

			Consolidado	
Modalidade	Taxa média de juros	Vencimento final	2025	2024
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 1)	IPCA + 9,3%	Até 2034	163.638	160.916
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 2)	CDI + 3,25%	Até 2029	53.016	66.160
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 3)	IPCA + 9,0%	Até 2029	22.046	29.498
Financiamento de caminhões	1,1% a.m.	Até 2027	31.923	18.189
Leasing (a)	1,2% a.m.	Até 2026	6.779	4.502
Capital de giro (b)	CDI + 3,99% a.a.	Até 2028	27.640	26.455
Consórcio	2,5% a.a.	Até 2032	1.134	–
Cessão de créditos (c)	3,95% a.m.	Até 2026	6.031	–
Total			**312.207**	**305.720**
Menos parcela não circulante			(235.308)	(268.015)
Parcela circulante			76.899	37.705

Os saldos referentes ao passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2027	48.133	57.681
2028	39.524	46.553
2029	37.208	37.208
2030 em diante	93.866	93.866
	218.731	235.308

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	276.222	286.361	305.720	320.214
Combinação de negócios (Nota 1.2)	–	–	266.482	–
Captações de empréstimos bancários	27.353	27.780	81.834	27.780
Amortização de empréstimos bancários	(33.222)	(44.832)	(359.146)	(50.479)
Juros apropriados (Nota 22)	45.803	37.733	55.967	41.875
Reversão de custos de emissão de debêntures (Nota 22)	–	–	15.749	–
Juros pagos	(35.919)	(30.820)	(54.399)	(33.670)
Saldo em 31 de dezembro	280.237	276.222	312.207	305.720

(a) Para as modalidades de Leasing e Financiamento de caminhões, os equipamentos, caminhões e veículos adquiridos foram utilizados como garantia para a operação financeira (Nota 9). (b) Parte do saldo de capital de giro da Companhia, no montante de R$ 16.320 (equivalente a € 2.523), está denominada em Euro e foi convertida pela taxa de R$ 6,4692/€ na data-base, estando sujeita à variação cambial reconhecida no resultado financeiro. (b) A controlada Stock Tech realiza a antecipação de recebíveis junto a instituições financeiras por meio do desconto de duplicatas com coobrigação, mantendo a responsabilidade pelo pagamento em caso de inadimplência dos clientes. Os valores correspondentes aos recebíveis descontados permanecem registrados no ativo como "Contas a receber de clientes", em consonância com o entendimento de que os riscos e benefícios desses ativos não foram substancialmente transferidos. Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") : A Companhia e sua controlada MRV possuem operações de financiamento estruturadas por meio de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), emitidos por securitizadoras e lastreados em créditos imobiliários originados de contratos de financiamento ou locação de imóveis utilizados nas operações do Grupo. Essas operações possuem garantias contratuais e cláusulas restritivas financeiras (covenants), cuja verificação é realizada periodicamente conforme previsto nos respectivos documentos da operação. (a) CRI 1 – 67ª emissão da VERT Companhia Securitizadora: Conforme Termo de Securitização celebrado em 17/06/2022, a VERT Companhia Securitizadora realizou a 67ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreados em créditos imobiliários representados por Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) vinculada às debêntures emitidas pela Companhia. A emissão compreende 190.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000, totalizando R$ 190.000, vinculadas a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa dos respectivos créditos. Os recursos captados foram destinados à aquisição de imóveis utilizados nas operações logísticas do Grupo, os quais foram constituídos em garantia por meio de alienação fiduciária em favor da securitizadora. Os CRI possuíam originalmente vencimento final em 21/06/2028. Em março de 2024, foi realizada repactuação da operação, aprovada em assembleia de investidores, com as seguintes alterações principais: (i) extensão do prazo da operação para 10 anos a partir da data de repactuação, ou seja, até março de 2034; (ii) inclusão de período de carência de 24 meses para amortização do principal; (iii) atualização monetária pela variação do IPCA acrescida de sobretaxa de 9,30% ao ano; e (iv) revisão das regras do fundo de reserva e dos fluxos mínimos de recebíveis vinculados à operação. No âmbito da operação, foram estabelecidas cláusulas restritivas financeiras (covenants), cuja verificação é realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora ECLA Brazil. (b) CRI 2 – 90ª emissão da VERT Companhia Securitizadora: Conforme Termo de Securitização celebrado em 22/12/2022, a VERT Companhia Securitizadora realizou a 90ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreados em créditos imobiliários originados da 2ª emissão de debêntures da Companhia. A emissão compreende 80.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000, totalizando R$ 80.000, cujos créditos foram representados por Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e vinculados à emissão dos CRI da securitizadora. Os recursos captados foram destinados à aquisição de imóveis utilizados nas operações da Companhia, conforme previsto na escritura de emissão das debêntures e nos documentos da operação. Os CRI possuem data de emissão em 22/12/2022 e vencimento final em 18/12/2029. A operação conta com garantias constituídas em favor da securitizadora, incluindo alienação fiduciária de imóveis, cessão fiduciária de direitos creditórios, fundo de reserva, fundo de despesas e fiança prestada pela ECLA Brazil, nos termos previstos nos documentos da operação. No âmbito da operação, foram estabelecidas cláusulas restritivas financeiras (covenants), cuja verificação é realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora ECLA Brazil. (c) CRI 3 – 697ª e 698ª séries da 1ª emissão da Forte Securitizadora S.A. : Em 27/12/2021, foi celebrado o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 697ª e 698ª séries da 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Forte Securitizadora S.A., com a emissão de certificados lastreados em créditos imobiliários decorrentes de contrato de locação atípica de imóvel logístico. Os créditos imobiliários que lastreiam a operação decorrem do Instrumento Particular de Contrato de Locação Atípica de Imóvel para Fins Não Residenciais, celebrado em 27/12/2021 entre a controlada MRV, na qualidade de emissora da Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e cedente dos créditos imobiliários, e a Reiter Transportes e Logística Ltda., na qualidade de locatária e devedora da operação. O contrato de locação tem por objeto a locação de imóvel logístico localizado no município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul, com área aproximada de 136.069,82 m², cujos fluxos de recebíveis de aluguel constituem o lastro dos certificados emitidos. Os créditos decorrentes do contrato de locação foram representados por Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e cedidos à securitizadora, sendo vinculados à emissão dos CRI das 697ª e 698ª séries da 1ª emissão da Forte Securitizadora S.A. A operação conta com garantias constituídas em favor da securitizadora e dos titulares dos CRI, incluindo alienação fiduciária do imóvel objeto da locação, cessão fiduciária dos créditos imobiliários e fiança prestada pela ECLA Brazil, conforme previsto nos documentos da operação. No âmbito da operação, foram estabelecidas cláusulas restritivas financeiras (covenants), cuja verificação é realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora ECLA Brazil. As operações de CRI mantidas pelo Grupo possuem cláusulas restritivas financeiras (covenants) cuja verificação é realizada periodicamente conforme previsto nos respectivos documentos da operação, apurados com base nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo e da controladora do Grupo ("ECLA Brazil Holdings Ltda."). De forma geral, os principais indicadores financeiros previstos contratualmente incluem: (i) razão entre EBITDA e despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,35; (ii) razão entre dívida bancária líquida e EBITDA igual ou inferior a 4,50; (iii) posição de caixa e equivalentes de caixa igual ou superior a R$ 6.000 ao final de cada exercício social. As definições de EBITDA, dívida bancária líquida, despesas financeiras líquidas e caixa e equivalentes de caixa seguem os critérios estabelecidos nos documentos contratuais de cada operação. De forma geral, as principais definições previstas contratualmente são: (i) O EBITDA corresponde ao resultado líquido do exercício antes da despesa de depreciação e amortização, despesa financeira líquida e tributos sobre o lucro, e desconsiderando receitas ou despesas classificadas como não recorrentes. (ii) A dívida bancária líquida corresponde ao saldo total das obrigações financeiras bancárias e outras dívidas financeiras, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa. (iii) As despesas financeiras líquidas correspondem ao resultado financeiro líquido, representado pelas despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. (iv) Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Adicionalmente, conforme previsto no termo de securitização de créditos imobiliários, para o CRI 1 e o CRI 2 existe um covenant financeiro adicional, cuja aferição ocorre até três dias úteis antes da data de pagamento dos respectivos CRI, sendo realizada no mês de julho de cada ano. Nos termos contratuais, as devedoras devem encaminhar à securitizadora e ao agente fiduciário, anualmente, laudo de avaliação atualizado dos imóveis dados em garantia, sendo no mês de julho em relação ao CRI 1 e no mês

continuação ☛

D4Sign 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

de dezembro em relação ao CRI 2. Com base nesses laudos, a securitizadora verifica a razão entre o somatório do valor de mercado dos imóveis vinculados aos contratos e o saldo devedor dos CRI, a qual deve corresponder, no mínimo, a 1,3 (um inteiro e três décimos). Em 31/12/2025 e 2024, a Administração avaliou o cumprimento das cláusulas contratuais aplicáveis e concluiu que os *covenants* estabelecidos foram integralmente atendidos pelo Grupo.

14. Impostos e contribuições sociais a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	523	17.225	735
Imposto sobre Serviços – ISS	537	471	9.401	505
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	–	51	4.485	51
IRPJ – IRPJ Pessoa Jurídica	–	519	605	783
CSLL – CSLL sobre o Lucro Líquido	–	107	190	204
CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	488	510	488	510
Outros	70	98	376	104
	1.095	2.279	32.770	2.892
Impostos e contribuições sociais a recolher	1.095	1.653	31.975	1.905
IRPJ e CSLL	–	626	795	987
	1.095	2.279	32.770	2.892

Em 31/12/2025, no consolidado, existem débitos tributários vencidos, os quais estão atualizados por encargos legais. O aumento observado no exercício decorre principalmente da aquisição da Agro Improvement e suas controladas (Nota 1.2). Parte relevante desses débitos, especialmente relacionados a PIS e COFINS, foi objeto de parcelamento junto aos órgãos fiscais competentes no exercício de 2026. **15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias :**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para férias e encargos sociais	7.662	5.702	21.121	5.702
Ordenados e salários a pagar	6.380	2.430	11.268	2.943
Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS	1.529	1.433	13.689	1.644
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	602	137	2.286	163
IRPJ Retido na Fonte – IRRF	1.199	615	4.155	615
Outros	612	286	1.539	286
	17.984	10.603	54.058	11.353

Na controladora, em 31/12/2025, não existem débitos tributários em atraso. No consolidado, em 31/12/2025, os débitos em atraso do INSS totalizam R$ 7.279 e do IRRF R$ 2.117, todos atualizados com multa e pela variação da taxa SELIC. Parte relevante desses débitos, especialmente relacionados a PIS e COFINS, foi objeto de parcelamento junto aos órgãos fiscais competentes no exercício de 2026. **16. Impostos parcelados :**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	–	–	6.989	–
IRPJ Pessoa Jurídica – IRPJ	933	883	5.878	883
Imposto Sobre Serviços – ISS	–	13	4.910	13
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1.237	1.345	1.237	1.345
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	421	–	421	–
Transação Tributária – PGFN (a)	–	–	23.960	–
Outros parcelamentos federais (INSS, IRRF e outros)	–	–	43.390	–
	2.591	2.241	86.785	2.241
Menos parcela não circulante	(2.091)	(257)	(44.535)	(257)
Parcela circulante	500	1.984	42.250	1.984

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2027	764	15.138
2028	624	12.490
2029 em diante	703	16.907
	2.091	44.535

(a) Durante o exercício findo em 31/12/2024, determinados débitos federais em atraso da controlada Comfrio Transportes foram renegociados junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Como resultado da renegociação, tais débitos foram incluídos em programa de parcelamento com prazo de 24 meses, passando a ser liquidados por meio de parcelas mensais, acrescidas dos encargos legais aplicáveis. Não há garantia para esses parcelamentos. **17. Provisão para riscos:** O Grupo é polo passivo em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração do Grupo, com base em demonstrações de seus assessores jurídicos, da análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência no desfecho de julgamento anterior, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas. Movimentação da provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis nos exercícios:

	Controladora			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 1°/01/2024	559	–	8.339	8.898
Adições	1.789	–	1.073	2.862
Reversões	–	–	(4.420)	(4.420)
Saldo em 31 de dezembro 2024	2.348	–	4.992	7.340
Adições	1.376	482	–	1.858
Reversões	(421)	–	(2.535)	(2.956)
Saldo em 31/12/2025	3.303	482	2.457	6.242

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 1°/01/2024	559	–	8.339	8.898
Adições	1.789	–	1.073	2.862
Reversões	–	–	(4.420)	(4.420)
Saldo em 31 de dezembro 2024	2.348		4.992	7.340
Combinação de negócios (Nota 1.2)	3.585	2.749	32.047	38.381
Adições	3.386	522	2.142	6.050
Reversões	(2.255)	(13)	(2.718)	(4.986)
Saldo em 31 de dezembro 2025	7.064	3.258	36.463	46.785

A provisão para riscos trabalhistas consiste, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego. A provisão para riscos cíveis refere-se substancialmente a ações objetivando o recebimento de valores de produtos vendidos, bem como indenizações pelos danos morais. A provisão para riscos tributários refere-se substancialmente a contingência de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras sobre mútuos. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível em 31 de dezembro 2025 no montante no montante de R$ 57.725 (2024 – R$ 4.262), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Dentre os principais processos, destaca-se (discussão tributária envolvendo estorno de créditos de ICMS, relacionada à interpretação quanto ao estado competente para exigência do imposto; ação cível movida por fornecedor, envolvendo alegações de rescisão contratual e indenização por perdas decorrentes de atraso na entrega de mercadorias; execução fiscal referente à cobrança de taxas municipais relacionadas à fiscalização e renovação de alvará de funcionamento; e ação indenizatória decorrente de acidente de trânsito, envolvendo pleito de danos materiais, morais e pensão vitalícia. O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante possui vinculação com os processos acima mencionados. Em 31 de dezembro 2025, o saldo de depósitos judiciais da Companhia totalizava R$ 4.009 (2024 – R$ 5.439) e no consolidado totalizava R$ 6.631 (2024 – R$ 5.439). **18. IRPJ e CSLL:** a) IRPJ e CSLL diferidos: Em 31/12/2025, a Agro Improvement e suas controladas não reconheceram ativo de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R$ 121.635. Embora a Administração possua expectativas de geração de resultados tributáveis futuros decorrentes das sinergias operacionais e do plano de negócios do Grupo, tais entidades apresentam histórico recente de prejuízos fiscal, e, portanto, ainda não há evidência suficiente de lucro tributável futuro que permita o reconhecimento desses ativos fiscais diferidos. O IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2025 e 2024 referem-se a:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL diferidos ativos:				
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	114.456	94.332	114.833	96.279
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	6.242	3.218	43.187	3.218
Provisão para obrigações trabalhistas	6.380	2.397	6.380	2.397
Provisão para outras contas a pagar	13.375	9.836	17.169	9.836
Provisão para *impairment* de contas a receber de clientes	2.454	2.483	10.978	2.483
Base IRPJ e CSLL diferidos ativos	142.907	112.266	192.547	114.213
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Total IRPJ e CSLL diferidos ativos	48.588	38.170	65.466	38.832
IRPJ e CSLL diferidos passivos:				
Depreciação – diferença entre vida útil econômica e fiscal	(66.300)	(93.639)	(66.300)	(93.639)
Base IRPJ e CSLL diferidos passivos	(66.300)	(93.639)	(66.300)	(93.639)
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Total IRPJ e CSLL diferidos passivos	(22.542)	(31.837)	(22.542)	(31.837)
Total IRPJ e CSLL diferidos, líquidos	26.046	6.333	42.924	6.995

No consolidado, os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base de CSLL negativa e de diferenças temporárias possuem expectativa de realização suportada por projeções de resultados tributáveis futuros, elaboradas pela Administração. b) Reconciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(88.000)	(50.695)	(86.089)	(49.133)
Alíquota combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto teórico à alíquota combinada	29.920	17.236	29.270	16.705
Efeitos que reconciliam a taxa efetiva:				
Efeito de diferenças temporárias não reconhecidos em exercícios anteriores	7.747	–	7.747	–
Prejuízos fiscais, base negativa e outras diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(2.318)	(221)	(18.897)	(1.173)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	(15.496)	(61)	–	–
Impairment do ágio de controlada	–	(306)	–	(306)
Outras adições permanentes	(140)	–	(318)	(140)
IRPJ e CSLL correntes	–	–	(1.593)	(1.260)
IRPJ e CSLL diferidos	19.713	16.648	19.395	16.346
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	19.713	16.648	17.802	15.086

No consolidado, a variação do IRPJ e CSLL diferidos ativos no exercício findo em 31/12/2025 foi de R$ 35.929, sendo R$ 19.395 reconhecidos no resultado, R$ 16.579 decorrentes do saldo consolidado após combinação de negócios (Nota 1.2) e R$ 45 referentes a reversão de diferença temporária sobre a depreciação da mais-valia no período. **19. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31/12/2025, o capital social integralizado da Companhia é de R$ 1.139.570 (2024 – R$ 605.411), dividido em 1.139.569.629 ações ordinárias (2024 – 605.410.833), todas nominativas e sem valor nominal. Em 20/03/2024, por meio da 5ª alteração do contrato social, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 72.970, mediante a emissão de 72.970.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 por ação, sendo R$ 69.970 mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos em 2023 e R$ 3.000 integralizados em moeda corrente nacional. Em decorrência dessas deliberações, o capital social da Companhia passou de R$ 532.441 em 31/12/2023 para R$ 605.411 em 31/12/2024. Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/12/2025, foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 534.159, mediante a emissão de 534.158.796 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 por ação, sendo R$ 73.295 referentes a valores recebidos em 2024 a título de adiantamentos para futuro aumento de capital, posteriormente capitalizados, e o restante integralizado mediante capitalização de créditos e aportes em moeda corrente nacional. Em decorrência dessas deliberações, o capital social da Companhia passou de R$ 605.411 em 31/12/2024 para R$ 1.139.570 em 31/12/2025. b) Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, nos termos da legislação societária e do estatuto social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Em função da apuração de prejuízo no exercício, a Companhia não constituiu reserva legal em 31/12/2025 e 2024. c) Distribuição de dividendos: De acordo com a legislação societária e o estatuto social, os dividendos são apurados com base no lucro líquido do exercício, após as destinações legais, incluindo a constituição da reserva legal de 5%, sendo o saldo remanescente colocado à disposição da Assembleia Geral, que deliberará sobre sua destinação, incluindo eventual distribuição de dividendos. Em função da apuração de prejuízo no exercício, a Companhia não destinou dividendo mínimo obrigatório em 31/12/2025 e 2024. **20. Receita líquida de vendas:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de vendas bruta				
Armazenagem	149.889	130.834	299.293	144.948
Transporte	264.600	253.912	287.127	253.912
Locação de espaço e equipamentos	45.061	40.911	77.950	60.827
	459.550	425.657	664.370	459.687
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(53.820)	(49.581)	(78.601)	(53.148)
Devoluções e abatimentos	(1.274)	(1.860)	(5.273)	(1.860)
	(55.094)	(51.441)	(83.874)	(55.008)
Receita líquida de vendas	404.456	374.216	580.496	404.679

21. Custos e despesas por natureza: O Grupo apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados, despesas comerciais e despesas administrativas e gerais				
Gastos com pessoal	(78.559)	(59.610)	(160.370)	(66.903)
Custos com transportes	(147.466)	(145.686)	(153.128)	(145.686)
Encargos de depreciação e amortização (Notas 9 e 11)	(33.493)	(36.085)	(55.185)	(38.612)
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (Nota 10)	(14.919)	(13.714)	(39.163)	(13.714)
Energia elétrica	(16.043)	(14.010)	(29.180)	(16.356)
Combustíveis e lubrificantes	(25.347)	(17.778)	(28.857)	(17.851)
Conservação e manutenção	(21.450)	(18.977)	(26.831)	(19.362)
Serviços profissionais contratados	(12.903)	(14.228)	(20.513)	(18.646)
Insumos da operação	(4.297)	(2.150)	(10.666)	(2.345)
Seguros operacionais	(6.581)	(4.805)	(9.752)	(5.697)
Viagens e estadias	(3.531)	(3.513)	(4.885)	(3.513)
Despesas tributárias	(3.595)	(2.074)	(4.874)	(2.074)
Locação de imóveis e equipamentos	(4.493)	(3.677)	(5.569)	(5.050)
Fretes	(3.711)	(2.993)	(4.463)	(3.126)
Provisão para *impairment* de contas a receber de clientes (Nota 4)	(1.038)	(1.668)	(1.359)	(1.668)
Vigilância e segurança	(1.970)	(1.714)	(4.457)	(2.099)
Perdas com mercadorias avariadas	(4.683)	(2.142)	(5.563)	(2.142)
Outros	(2.598)	(3.343)	(4.681)	(7.636)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Despesas de aquisição de subsidiárias (a)	–	(21.716)	–	(21.716)
Créditos tributários	72	531	2.910	531
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(1.072)	(2.703)	(2.305)	(2.703)
Alienação ativo imobilizado	96	1.070	(1.873)	1.070
Multas por rescisão contratual	3.121	–	9.076	–
Outras receitas (despesas) operacionais	(322)	1.339	3.351	2.242
	(384.782)	(369.646)	(558.337)	(393.056)
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(331.813)	(311.039)	(502.320)	(331.620)
Despesas comerciais	(4.769)	(2.566)	(5.876)	(2.566)
Despesas administrativas e gerais	(49.057)	(32.893)	(59.941)	(36.625)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.038)	(1.669)	(1.359)	(1.669)
Outras receitas operacionais	2.968	2.940	15.338	3.843
Outras despesas operacionais	(1.073)	(24.419)	(4.179)	(24.419)
	(384.782)	(369.646)	(558.337)	(393.056)

(a) Valor referente à contraprestação complementar pela aquisição da controlada MRV, considerando eventos subsequentes específicos ocorridos durante o exercício de 2024, caracterizando um ajuste de preço após o período de mensuração da combinação de negócios, com impacto diretamente no resultado do exercício corrente. **22. Receitas e despesas financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras	3.694	2.739	4.622	3.046
Outras receitas financeiras	127	73	778	163
Total da receita financeira	3.821	2.812	5.400	3.209
Despesa financeira				
Empréstimos bancários (Nota 13)	(44.235)	(37.733)	(54.399)	(41.875)
Debêntures (a) (Nota 13)	–	–	(15.749)	–
Perdas com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	(2.306)	–	(2.306)	–
Passivos de arrendamento (Nota 10)	(2.582)	(3.472)	(11.395)	(3.472)
Juros e atualizações monetárias sobre contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8)	(4.972)	(246)	(4.972)	(246)
Juros sobre fornecedores	(6.033)	(7.307)	(6.033)	(7.307)
Juros e multas de mora sobre outros passivos	(3.762)	(2.513)	(13.028)	(2.513)
Despesas bancárias	(1.889)	(1.594)	(3.899)	(1.594)
Variação cambial, liquida	285	(4.538)	285	(4.538)
Outras despesas financeiras	(425)	(494)	(2.152)	(2.420)
Total da despesa financeira	(65.919)	(57.897)	(113.648)	(63.965)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(62.098)	(55.085)	(108.248)	(60.756)

(a) O montante de R$ 15.749 refere-se aos custos de emissão das debêntures da controlada Stock Tech, anteriormente registrados como redutor do passivo financeiro e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Em setembro de 2025, tais debêntures foram liquidadas antecipadamente por meio de aporte de capital realizado pelo acionista, ocasião em que os respectivos custos de emissão remanescentes foram integralmente baixados no resultado do exercício, sem efeito caixa. **23. Gestão do risco financeiro: 23.1. Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. O Grupo não incluiu informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros pois considera que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo destes instrumentos. A hierarquia de valor justo dos instrumentos abaixo é nível dois, com exceção à caixa e equivalentes de caixa que é classificada como nível um.

		Consolidado			
Ativos	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	2025 Total	2024 Total
Caixa e equivalentes de caixa	3	53.725	–	53.725	71.861
Aplicações financeiras	3	19.018	–	19.018	17.793
Créditos com partes relacionadas	5	4.444	–	4.444	7.301
Contas a receber de clientes	4	110.816	–	110.816	55.795
Passivos					
Fornecedores	12	–	79.732	79.732	83.511
Empréstimos e financiamentos	13	–	312.207	312.207	305.720
Obrigações com partes relacionadas	5	–	2.043	2.043	10.002
Passivo de arrendamento	10	–	225.939	225.939	25.954

23.2. Fatores de risco financeiro: As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez e a administração supervisiona a gestão desses riscos. A administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: a) Risco de taxa de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis. O Grupo monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, opera com derivativos com o objetivo de minimizar esses riscos. **Análise de sensibilidade:** Em 31/12/2025, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais aumentassem em torno de 25% e 50%, e se houvesse variação equivalente nas taxas de câmbio aplicáveis às exposições em moeda estrangeira, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o resultado do exercício apresentaria a variação conforme apresentado a seguir, principalmente, em decorrência de (i) despesas de juros mais elevadas nos empréstimos de taxa variável, não protegidos por operações de swap, e (ii) variação cambial incidente sobre o passivo denominado em moeda estrangeira (holdback), considerando cenário de depreciação do real frente à moeda estrangeira.

			Controladora		
Instrumentos	Encargos financeiros	Índice	Valor contábil	25% ganho (perda)	50% ganho (perda)
Aplicações financeiras (Nota 3)	CDI	12,00%	36.105	1.083	2.166
Aplicações financeiras – fundo reserva (Nota 3)	CDI	12,00%	17.730	532	1.064
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	CDI	12,00%	(80.656)	(2.420)	(4.840)
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	IPCA	3,67%	(163.638)	(1.501)	(3.002)
Contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8)	IPCA	3,67%	(13.757)	(126)	(252)
Contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8)	Câmbio	–	(66.890)	(16.723)	(33.445)
			(271.106)	(19.155)	(38.309)

			Consolidado		
Instrumentos	Encargos financeiros	Índice	Valor contábil	25% ganho (perda)	50% ganho (perda)
Aplicações financeiras (Nota 3)	CDI	12,00%	45.486	1.365	2.730
Aplicações financeiras – fundo reserva (Nota 3)	CDI	12,00%	19.018	571	1.142
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	CDI	12,00%	(80.656)	(2.420)	(4.840)
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	IPCA	3,67%	(185.684)	(1.704)	(3.408)
Contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8)	IPCA	3,67%	(13.757)	(126)	(252)
Contas a pagar de aquisições de controladas (Nota 8)	Câmbio	–	(66.890)	(16.723)	(33.445)
			(282.483)	(19.037)	(38.073)

b) Risco de crédito: É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam o Grupo a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber de clientes. *Contas a receber de clientes*: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e às políticas estabelecidos pela administração do Grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada periodicamente em base individual para os principais clientes. *Caixa e equivalentes de caixa* : O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo, de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e no limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31/12/2025 é o valor registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço patrimonial. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AAA baseado na agência Fitch Ratings. c) Risco de liquidez: Representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. O risco de liquidez é gerenciado pela administração, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual, e fluxo de caixa previsto para pagamentos, de empréstimos e financiamentos estão divulgados na Nota 13. **23.3. Gestão de capital**: O Grupo mantém uma política de gestão de capital robusta, que visa salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo e garantir que os recursos financeiros sejam alocados de forma eficiente para atender às necessidades operacionais, financiar investimentos estratégicos e manter uma estrutura de capital adequada. A política de gestão de capital é revisada regularmente pela Administração para garantir sua relevância contínua. Os principais objetivos da gestão de capital incluem garantir a solidez financeira e a sustentabilidade das operações, manter uma estrutura de capital equilibrada para maximizar o retorno para os acionistas, assegurar que o Grupo tenha acesso adequado a fontes de financiamento para apoiar suas operações e iniciativas de crescimento, e gerenciar efetivamente os riscos financeiros, incluindo risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado. O Grupo adota várias práticas de gestão de capital, incluindo a avaliação contínua da estrutura de capital para determinar a melhor combinação de financiamento de dívida e patrimônio líquido, gestão proativa do fluxo de caixa para garantir que o Grupo tenha liquidez adequada para atender às suas obrigações financeiras e utilização de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário, para mitigar o risco de taxa de juros e risco cambial. **24. Eventos subsequentes:** Incorporação da MRV: Em janeiro de 2026, foi aprovada a incorporação da controlada MRV pela Companhia, no contexto de reorganização societária do Grupo, com o objetivo de simplificar a estrutura societária e promover maior eficiência administrativa e operacional. A incorporação foi realizada com base nos saldos contábeis da MRV em 31/12/2025, sendo que, com a conclusão da operação, a Companhia passou a suceder a MRV em todos os seus bens, direitos e obrigações, ocorrendo a extinção da referida controlada. Considerando que se trata de incorporação de controlada integral, a operação não gerou efeitos no patrimônio líquido consolidado do Grupo, sendo eliminados os saldos e transações entre as partes na consolidação.

A DIRETORIA

Diretor: **Pedro Holmes Monteiro Moreira**

Contador: **Pablo Pfleger** - *CRC PR-073895-O-2*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Martini Meat S.A. Armazéns Gerais, Paranaguá – PR. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Martini Meat S.A. Armazéns Gerais ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Martini Meat S.A. Armazéns Gerais e suas controladas em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis

continuação ☛

D4Sign 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Martini Meat S.A. Armazéns Gerais

internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Combinações de negócios:** Veja a Nota 1.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria:** Em 09/09/2025, a Companhia adquiriu a Agro Improvement Participações S.A. ("Agro Improvement"), conforme divulgado na nota explicativa nº 1.2. A contabilização dessa transação exigiu a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data da aquisição, processo conduzido pela Administração da Companhia com o apoio de especialistas independentes. Dentre os ativos avaliados, destacaram-se os ativos intangíveis, principalmente a carteira de clientes, mensurada por meio do método de fluxo de caixa descontado (*multi-period excess earnings method – MPEEM*), cuja determinação depende, de forma relevante, de premissas relacionadas às projeções de receitas, taxas de crescimento, margens operacionais, taxas de retenção de clientes e taxas de desconto. Adicionalmente, a mensuração do valor justo do ativo imobilizado envolveu o uso do método do custo de reposição depreciado e de comparáveis de mercado, demandando julgamentos relevantes quanto à vida útil econômica, obsolescência funcional e condições de mercado aplicáveis aos ativos avaliados. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade do processo de avaliação e do grau de julgamento envolvido na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, o que demandou atenção significativa em nossos trabalhos de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para esse assunto incluíram, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos: - com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos as metodologias utilizadas pelos especialistas da administração para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo, especificamente, o método de fluxo de caixa descontado (*multi-period excess earnings method – MPEEM*) aplicado aos ativos intangíveis e o método do custo de reposição depreciado e de comparáveis de mercado aplicado ao ativo imobilizado. - analisamos as principais premissas utilizadas nas avaliações dos ativos intangíveis, com foco nas projeções de receitas, margens operacionais, taxas de crescimento, taxas de retenção de clientes (churn) e taxas de desconto, avaliando a consistência dessas premissas com o histórico de desempenho das entidades adquiridas, com o plano de negócios aprovado pela Administração e com informações externas observáveis de mercado e do setor de atuação da Companhia. - testamos os procedimentos realizados pela administração para identificação dos ativos intangíveis adquiridos e dos passivos assumidos que deveriam ser reconhecidos na combinação de negócios. - confrontamos as informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras com a documentação e análises que suportam as avaliações realizadas pela administração. Com base nos procedimentos de auditoria executados, consideramos que as premissas e julgamentos utilizados pela administração na mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos são consistentes com as evidências de auditoria obtidas. **Reconhecimento de receitas de armazenagem e transportes:** Veja a Notas 2.2(r) e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria:**Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.2(r) e 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas da Companhia e suas controladas decorrem, principalmente, da prestação de serviços de transporte e armazenagem. O reconhecimento dessas receitas ocorre com base nas medições dos serviços prestados, apuradas de acordo com os termos contratuais acordados com os clientes. Em razão do cronograma de medições e do posterior faturamento, o processo de reconhecimento da receita ao final de cada período inclui a elaboração de estimativas contábeis para apuração da receita incorrida e ainda não faturada (receita a faturar), considerando as obrigações de performance cumpridas até a data do balanço. A determinação do montante de receita a ser reconhecido envolve a análise de elementos contratuais, medições operacionais e informações de faturamento disponíveis até o encerramento do exercício. Adicionalmente, parte das informações utilizadas no processo depende de inserções manuais. Em razão do volume de transações, da utilização de estimativas na apuração das receitas não faturadas e do julgamento envolvido na determinação das obrigações de performance cumpridas até a data do balanço, consideramos o reconhecimento de receitas de transporte e armazenagem como um dos principais assuntos de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos para esse assunto incluíram, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos: - obtivemos entendimento e avaliamos o desenho e a implementação dos principais controles internos relacionados ao processo de reconhecimento de receitas de transporte e armazenagem, incluindo controles sobre as medições operacionais e o faturamento dos serviços prestados. - verificação, em base amostral, para as receitas reconhecidas ao longo do período, dos documentos comprobatórios que suportam as medições dos serviços prestados, e confronto de tais medições com os respectivos contratos firmados com clientes e faturamentos realizados. - avaliação dos critérios utilizados pela administração para mensuração das receitas incorridas e ainda não faturadas ao final do período, incluindo a análise das premissas utilizadas nas estimativas e sua consistência com dados operacionais e históricos disponíveis. - realizamos testes de corte de receitas (cut-off) próximos à data do balanço, com o objetivo de avaliar se as receitas foram reconhecidas no período contábil apropriado. - comparação das informações utilizadas na apuração das receitas com dados operacionais e financeiros disponíveis, bem como avaliamos a adequação das divulgações relacionadas ao reconhecimento de receitas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam o reconhecimento da receita de transportes, os quais foram registrados pela Companhia.Com base nos procedimentos de auditoria executados, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela administração para o reconhecimento das receitas de transporte e armazenagem estão consistentes com as evidências de auditoria obtidas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 31/03/2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador
CRC PR-048555/O-2

D4Sign 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Martini Meat Bal 2025 ANJ-PR DIGITAL pdf

Código do documento 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6

Assinaturas

FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Certificado Digital
comercial@folhadolitoral.com.br
Assinou

Eventos do documento

30 Jul 2026, 15:57:59
Documento 04149c84-4344-4f46-80cd-7b82c080e4f6 **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2026-07-30T15:57:59-03:00

30 Jul 2026, 15:58:33
Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2026-07-30T15:58:33-03:00

30 Jul 2026, 15:59:22
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126 **Assinou** Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 189.32.27.6 (bd201b06.virtua.com.br porta: 30568). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SAFEWEB RFB v5,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE_ATOM: 2026-07-30T15:59:22-03:00

Hash do documento original
(SHA256):6b6d9d17d58c3df6de35592d5479fc36c5d211cad470c67ca900281e30eb9a26
(SHA512):349a181aa4352056c33507a851cc81e926d884b78ab5d2814528b4667889275ca549de22d6ac2f1469bd65ad58a1492693e8412d9d9a411fd69bc7dc3e43636f

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.